

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Acompanhamento e monitoramento da política pública pelo processo eletrônico administrativo: gestão de dados para procuradorias urbano-ambientais	
Cinara de Araújo Vila, Fernanda de Oliveira Souza 9	
1	Considerações iniciais 9
2	Acompanhamento e monitoramento da política pública pelo processo administrativo eletrônico 10
2.1	Objetivos 11
2.2	Etapas 13
2.3	Estrutura de trabalho 14
2.4	Resultados 15
3	Boa governança na administração pública 16
4	Dados, informações, conhecimento na gestão pública 17
5	Considerações finais 18
	Referências 19
Gestão das cidades: a importância de políticas públicas permanentes como garantia da concretização de direitos fundamentais	
Cristiane da Costa Nery 23	
1	Introdução 23
2	As políticas públicas e a continuidade administrativa como forma de efetivar direitos fundamentais 25
3	Instrumentos urbanísticos: exemplos de políticas públicas permanentes a efetivar o direito à moradia e à cidade digna 28
3.1	A arrecadação de imóveis abandonados 28
3.2	A regularização fundiária em Porto Alegre 30
4	Conclusão 33
	Referências 34
As <i>transferências voluntárias</i> aos municípios consideradas <i>transferências especiais</i> na perspectiva da oportunidade e conveniência do estado: uma análise disruptiva a partir da eficiência e da administração gerencial pelo Poder Executivo municipal	
Gabriel Arthur Loeff 37	
1	Introdução 38
2	O princípio da eficiência no âmbito da administração pública: principais aspectos 39
3	Modalidades de transferência <i>voluntária</i> e <i>especial</i> a partir da Emenda Constitucional SC nº 81/2021 42
4	A efetividade do serviço público municipal com <i>transferências voluntárias</i> na condição de <i>transferências especiais</i> 47
	Considerações finais 53
	Referências 54

Inovações e avanços da nova lei de licitações	
Jackson Junior de Souza, José Carlos de Souza Colares	57
1 Introdução	57
2 Fundamentação teórica	59
2.1 Licitações públicas	59
2.1.1 A Nova Lei de Licitações	59
2.1.2 Evolução das leis de licitações	60
2.2 Inovações da Nova Lei de Licitações	60
2.2.1 Possíveis impactos sobre os entes públicos	61
2.2.2 Novas ferramentas	61
2.3 Comparação entre a Lei nº 8.666/93 e a nova Lei de Licitações	61
2.3.1 Agentes	61
2.3.2 Modalidades	62
2.3.3 Prazos	63
2.3.4 Fases	64
2.3.5 Critérios de julgamento	64
2.3.6 Modos de disputa	64
2.3.7 Inexigibilidade	65
2.3.8 Dispensa de licitação em razão do valor	65
2.3.9 Dispensa de licitação – deserta ou fracassada	66
2.3.10 Dispensa de licitação – emergência ou calamidade pública	66
2.3.11 Preços manifestamente inexequíveis	67
2.3.12 Alienação de bens	67
3 Metodologia	67
4 Resultados e discussões	68
5 Considerações finais	70
Referências	71

A imunidade recíproca dos entes municipais na condição de locatário de imóveis particulares

Leonardo Cruz da França	73
1 Introdução	73
2 Desenvolvimento	75
3 Aspectos tributários	76
3.1 O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana	76
3.1.1 Critério pessoal e material do IPTU	76
3.2 A aplicação do artigo 123 do Código Tributário Nacional	80
3.3 A imunidade recíproca dos entes federados	81
3.3.1 A diferenciação entre imunidade subjetiva e objetiva	81
3.4 As decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do IPTU	83
4 Aspectos administrativos	85
4.1 Da natureza do contrato de locação com a administração pública	85
4.2 Natureza jurídica da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)	87
5 Conclusão	89
Referências	90

O poder legiferante municipal em relação às áreas de preservação permanente de margem de curso de água urbanos: perspectivas para evitar o efeito “cama de Procusto”

Paulo Antonio Locatelli	93
1 Introdução	93
2 O Tema nº 1010/STJ, o <i>backlash</i> legislativo e a “cama de Procusto”	95

3	Competência direta do município para legislar sobre assuntos de interesse local e concorrente quanto à proteção do meio ambiente.....	97
4	Requisitos na Lei nº 14.285/21 para evitar o efeito “cama de Procusto” na definição da área protetiva/construtiva das margens de cursos d’água urbanos.....	101
4.1	Existência de norma prévia regulamentando o uso do solo	102
4.2	Obrigatoriedade do diálogo das fontes legislativas	103
4.3	Participação popular na tomada de decisões	104
4.4	Imprescindibilidade de estudo técnico socioambiental.....	104
4.5	Restrição de seus efeitos a área demarcada como urbana efetivamente consolidada mediante estudo prévio de identificação	106
4.6	Responsabilidade direta dos agentes públicos municipais, respeito ao urbanismo biomórfico e uso do geodireito – sistemas de informação geográficas	107
5	A Lei nº 14.285/21 e a regularização fundiária urbana em APP	109
6	Considerações finais	111
	Referências	113

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Administrativo – Servidor público – Direito de férias – Lei municipal – Perda do direito de férias a servidor que goze de licença para tratamento de saúde por período superior a dois meses – Limitação não recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Recurso Extraordinário nº 593.448/MG	119
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso em Mandado de Segurança – Direito Tributário – Sigilo fiscal – Proteção – IPM-ICMS – Acesso por advogado contratado por município – Impossibilidade. Recurso em Mandado de Segurança nº 68.647/GO	133
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Mandado de Segurança – Processo Civil – Advocacia pública – Honorários advocatícios – Artigo 85, §19, do Código de Processo Civil – Norma de eficácia limitada – Ausência de norma municipal que regulamente a percepção de honorários pelos Procuradores Municipais – Ausência de direito líquido e certo. Agravo em Recurso Especial nº 1.178.070/SP	147
---	-----

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Processo Civil – Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92 – Alteração pela Lei nº 14.230/2021 – Aplicação de princípio “ <i>tempus regit actum</i> ” – Norma material – Superveniente de lei nova – Direito Administrativo Sancionador – Responsabilização de gestor público que passou a ocupar a administração municipal que já tinha em seu domínio obra pública construída anteriormente com vícios – Não funcionamento do empreendimento – Ausência de dolo ou má-fé – Inexistência de ato improprio. Apelação Cível nº 0006084-77.2014.4.01.4101	151
---	-----

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Ação Civil Pública – Direito Ambiental – Templos afro-brasileiros ou de qualquer outra religião – Submissão aos comandos urbanísticos atinentes à poluição sonora – Poder de polícia municipal. Apelação Cível nº 5023592-45.2015.4.04.7200/SC	159
--	-----

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Município – Tributário – ITBI – Desconto – Imóveis sem registro – Renúncia de receita – Previsão em lei específica – Estimativa de impacto orçamentário-financeiro – Exercício da vigência e dois seguintes – Compatibilidade com a LDO – Metas de resultados fiscais – Medidas de compensação. Processo nº 1119913 181

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Fundo de Previdência Municipal – Extinção – Lei nº 9.717/98 – Saldo remanescente – Lei nº 4.320/64 – Vinculação à finalidade do fundo – Ementa Constitucional nº 103/2019 – Portaria MTP nº 1.467/2022 – Destinação exclusiva para pagamento de benefícios e possíveis compensações junto ao Regime Geral de Previdência Social – Impossibilidade de uso para pagamento de contribuições ordinárias ao RGPS. Processo nº 1119847 191

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Consulta – Transferência de recursos do Município para construção de Quartel do Corpo de Bombeiros do Estado – Possibilidade – Necessidade de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), além de celebração de convênio. Processo nº 22/00375900..... 199

EMENTÁRIO 205

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS 213

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....217